



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

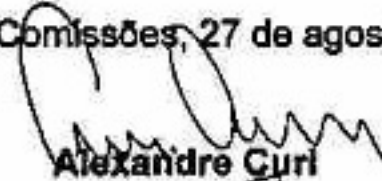
### Redação Final ao Projeto de Lei nº 094/12

Declara de Utilidade Pública o  
Instituto Prosdócimo Guerra - IPG,  
com sede e foro no Município de  
Pato Branco.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Prosdócimo Guerra - IPG, com sede e foro no Município de Pato Branco.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2012.

  
Alexandre Curi  
Presidente

  
Relator



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 07 AGO 2012

**1º Secretário**

**PROJETO DE LEI**

**Nº 386/12**

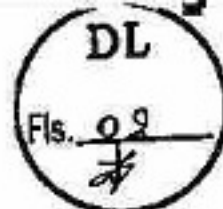
**SÚMULA : Declara de Utilidade Pública a**  
**APAE de Altamira do Paraná:**

Art.1º - Fica declarada, nos termos da Lei, entidade de Utilidade Pública a  
APAE - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Altamira do  
Paraná.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

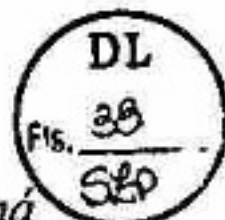
Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2012.

  
**RENI PEREIRA**  
**DEPUTADO ESTADUAL**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 386/2012**

**Projeto de Lei nº. 386/2012**

**Autor: Deputado Estadual Reni Pereira**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a APAE, com sede e foro no Município de Altamira do Paraná.

**EMENTA:** DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

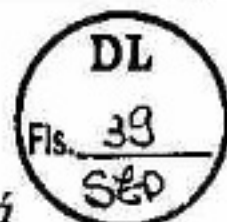
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Reni Pereira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Altamira do Paraná**, com sede e foro no Município de Altamira do Paraná, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação e a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 40  
SEP

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exercam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, tendo em vista que o foro correto da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é a Comarca de Campina da Lagoa, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.




**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**


DL  
Fls. 41  
548

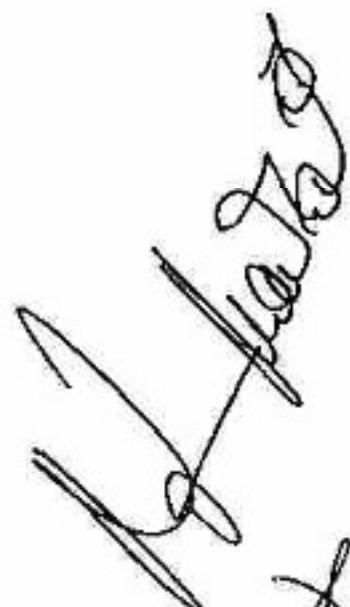




**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DÉCIO GENARI**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
**APROVADO**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

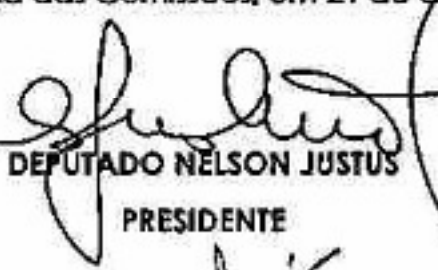
DL  
Fls. 42  
S/P

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 386/12**

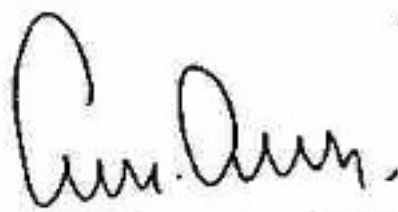
De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, § 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 386/12, passando a contar com a seguinte redação:


**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação dos Pais e Amigos do Excepcionais de Altamira do Paraná, com sede no Município de Altamira do Paraná e foro no Município de Campina da Lagoa, Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO DÚLIO GENARI  
RELATOR



  
**APROVADO**

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*

Veto nº 31/12



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

OF/CT/CC nº 1512 / 2012.

Curitiba, 11 de julho de 2012



I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em 26/07/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 125/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição a mim conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 559/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 559/11, de iniciativa parlamentar, dispõe que, para firmar convênio com o Poder Executivo no Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, os municípios devem apresentar a essa Secretaria parecer técnico sobre o objeto do convênio assinado por técnico agrícola, médico veterinário ou engenheiro agrônomo.

*Art. 1º Para firmar convênio com o Poder Executivo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, os municípios devem apresentar a essa Secretaria parecer técnico sobre o objeto do convênio assinado por técnico agrícola, médico veterinário ou engenheiro agrônomo.*

*Art. 2º Os profissionais mencionados no artigo anterior poderão compor o quadro de pessoal da respectiva prefeitura ou serem contratados especificamente para a elaboração do parecer.*

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

Prot. 11.132.194-0





*Parágrafo único. As prefeituras poderão requerer à Administração Estadual a elaboração dos pareceres técnicos por profissionais integrantes do quadro de pessoal de qualquer órgão do Estado.*

*Art. 3º Os municípios terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem às disposições desta Lei.*

*Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei.*

*Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Primeiramente, convém transcrever o art. 2º, *caput* e o art. 3º do Projeto de Lei 559/2011:

*Art. 2º Os profissionais mencionados no artigo anterior poderão compor o quadro de pessoal da respectiva prefeitura ou serem contratados especificamente para a elaboração do parecer.*

*Parágrafo único. As prefeituras poderão requerer à Administração Estadual a elaboração dos pareceres técnicos por profissionais integrantes do quadro de pessoal de qualquer órgão do Estado.*

*Art. 3º Os municípios terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem às disposições desta Lei.*

Cabe esclarecer que o art. 2º, *caput* e o art. 3º do Projeto de Lei 559/2011 contêm vício de ordem formal orgânica.

É que o Estado Brasileiro está compulsoriamente organizado sob a forma federativa, cuja característica básica é a descentralização político-administrativa, que vem a ser uma técnica utilizada pelo Constituinte originário sobretudo para conservar a pluralidade regional sem comprometer a unidade nacional. Quanto a este último aspecto, confira-se a oportuna transcrição do seguinte trecho de Luís Roberto Barroso<sup>1</sup>:

1 BARROSO, Luís Roberto. Serviço de Transporte Ferroviário e Federação: Instituição de Padrões



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

*A Federação, como se sabe, é uma forma de distribuir territorialmente o poder político, de modo que possam coexistir dois (ou mais) níveis de poder no âmbito de um mesmo Estado: o ente central e os entes locais. Tenham se formado por agregação (isto é; a partir de Estados anteriormente independentes) ou por desagregação (a partir de um único Estado unitário anterior, como é o caso do Brasil), todos os Estados federais procuram produzir um equilíbrio ótimo entre dois elementos: a garantia da unidade nacional e a preservação da diversidade própria das localidades.*

A contenção do poder central em prol das localidades é tão importante que o constituinte originário inseriu a forma federativa de Estado no rol de cláusulas pétreas<sup>2</sup> justamente "para prevenir que a União transforme a Federação em Estado Unitário"<sup>3</sup>.

Pois bem. Em razão do federalismo tripartite aqui adotado, tanto a União quanto os Estados e Municípios possuem autonomia política<sup>4</sup>, que se traduz nas capacidades de auto-organização, autolegislação, autogoverno e autoadministração<sup>5</sup>. Como bem afirma José dos Santos Carvalho Filho, "é este último aspecto que apresenta relevância para o tema da Administração Pública", uma vez que

*"dotadas da autonomia, e, pois, da capacidade de autoadministração, as entidades federativas terão, por via de consequência, as suas próprias Administrações, ou seja, sua própria organização e seus próprios serviços, inconfundíveis com o de outras entidades" (grifei) <sup>6</sup>.*

Amientais e de Segurança. *Revista de Direito do Estado*, ano 2, n. 8, 2007, p. 274/275.

2 Art. 60, § 4º, inciso I, da Constituição republicana.

3 MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional* – 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 829.

4 Constituição da República, art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

5 TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional* – 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 1122.

6 CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo* – 24ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 6.



Assim, o art. 2º, *caput* e o art. 3º do Projeto de Lei 559/2011 violam a autonomia municipal garantida pelo art. 18 da Constituição republicana<sup>7</sup>, na medida em que pretendem impor aos municípios paranaenses a readequação de seus respectivos quadros de servidores ou a celebração de contratos administrativos para suprir lacuna de pessoal especializado. E o que é mais grave: tudo no exíguo prazo de 90 (noventa) dias.

Ademais, o art. 1º, *caput* e o art. 2º, parágrafo único, do Projeto em exame também apresentam mácula de natureza formal, porém associada ao primeiro momento do processo legislativo, a saber: a iniciativa do Projeto. Para que se compreenda melhor o cenário, permite-se a transcrição dos dispositivos mencionados:

***Art. 1º Para firmar convênio com o Poder Executivo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, os municípios devem apresentar a essa Secretaria parecer técnico sobre o objeto do convênio assinado por técnico agrícola, médico veterinário ou engenheiro agrônomo.***

***Art. 2º Os profissionais mencionados no artigo anterior poderão compor o quadro de pessoal da respectiva prefeitura ou serem contratados especificamente para a elaboração do parecer.***

***Parágrafo único. As prefeituras poderão requerer à Administração Estadual a elaboração dos pareceres técnicos por profissionais integrantes do quadro de pessoal de qualquer órgão do Estado.***

Os artigos 1º do Projeto em exame apresenta mácula de natureza formal propriamente dita na medida em que impõe a uma Secretaria do Poder Executivo um requisito inafastável para a celebração de convênios com municípios, interferindo, portanto, em suas atribuições ordinárias de fomento ao setor agrícola.

<sup>7</sup> Constituição federal, art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.



Isso pode ser feito por Lei, mas somente quando o seu Projeto tenha partido da Chefia do Executivo. O mesmo se diga do art. 2º, parágrafo único, que pretende acrescentar nova atribuição a servidores e órgãos do Estado. O dispositivo constitucional violado é o art. 66, IV, da Constituição Estadual, assim redigido:

*Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*(...)*

*IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.*

Há inúmeros precedentes do STF no mesmo sentido. A título meramente exemplificativo, merecem atenção os seguintes julgados (grifos acrescidos):

**Ementa:** AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM EM FACE DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI MUNICIPAL 3.524/2003. LEI QUE DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÃO DE ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. VÍCIO FORMAL. INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO. AGRAVO IMPROVIDO. I - O acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte, no sentido de que é **inconstitucional a lei proveniente de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições de órgãos da Administração Pública**. Precedentes. II - Agravo regimental improvido. (RE 578017 AgR, rel. min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJ 25-04-2012)

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 7.755, DE 14.05.04, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. TRÂNSITO. INVASÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA**





DA UNIÃO PREVISTA NO ART. 22, XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. USURPAÇÃO. ARTS. 61, § 1º, II, E E 84, VI, DA CARTA MAGNA. 1. É pacífico nesta Corte o entendimento de que o trânsito é matéria cuja competência legislativa é atribuída, privativamente, à União, conforme reza o art. 22, XI, da Constituição Federal. Precedentes: ADI 2.064, rel. Min. Maurício Corrêa e ADI 2.137-MC, rel. Min. Sepúlveda Pertence. 2. O controle da baixa de registro e do desmonte e comercialização de veículos irrecuperáveis é tema indissociavelmente ligado ao trânsito e à sua segurança, pois tem por finalidade evitar que unidades automotivas vendidas como sucata - como as sinistradas com laudo de perda total - sejam reformadas e temerariamente reintroduzidas no mercado de veículos em circulação. 3. É indispensável a Iniciativa do Chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação. 4. Ação direta cujo pedido se julga procedente. (ADI 3254, rel. min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 02-12-2005)

Na mesma linha: ADI 1.391, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 9-5-2002, Plenário, DJ de 7-6-2002 e RE 586050 AgR, rel. min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJ 23-03-2012.

Por fim, não é demais rememorar o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a mera sanção pelo Governador não convalida vício de iniciativa do projeto:

*A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior equiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. Insubsistência da Súmula 5/STF. Doutrina. Precedentes." (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-12-2003, Plenário, DJ de 9-2-2007).*



No mesmo sentido: ADI 2.305, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 30-8-2011, Plenário, DJE de 5-8-2011; AI 348.800, Rel. Min. Celso de Mello, decisão monocrática, julgamento em 5-10-2009, DJE de 20-10-2009; ADI 2.113, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 4-3-2009, Plenário, DJE de 21-8-2009; ADI 1.863-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 18-3-1999, Plenário, DJ de 7-5-1999; ADI 1.070, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 29-3-2001, Plenário, DJ de 25-5-2001.

Ante as apontadas inconstitucionalidades formais, o exame da constitucionalidade material do Projeto de Lei 559/2011 deixa de fazer qualquer sentido. Neste ponto, afigura-se oportuna a lição de Luis Roberto Barroso<sup>8</sup> (grifos acrescentados):

*O respeito às normas constitucionais que distribuem competências entre os entes federativos tem um valor intrínseco, assim como o cumprimento daquelas que versam sobre a separação de Poderes, dentre outras tantas que se ocupam, em última análise, de estruturar o Estado e o exercício do Poder Público. Trata-se de respeitar as instituições e as estruturas que se destinam a controlar o exercício do poder e, por esse meio, ainda que de forma indireta, a proteger os direitos das pessoas. A observância de tais regras não pode ser simplesmente substituída por um julgo casuístico, ad hoc, fundado no conteúdo de cada manifestação dos diferentes órgãos estatais.*

Na mesma linha, o próprio STF já reconheceu que a qualidade substantiva de um diploma legislativo não convalida seus vícios formais:

**EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ALAGONA N. 6.153, DE 11 DE MAIO DE 2000, QUE CRIA O PROGRAMA DE LEITURA DE JORNAIS E PERIÓDICOS EM SALA DE AULA, A SER CUMPRIDO PELAS ESCOLAS DA REDE OFICIAL E PARTICULAR DO**

<sup>8</sup> BARROSO, Luis Roberto. Serviço de Transporte Ferroviário e Federação: Instituição de Padrões Ambientais e de Segurança. *Revista de Direito do Estado*, ano 2, n. 8, 2007, p. 291.

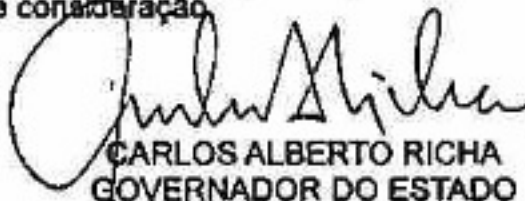




**ESTADO DE ALAGOAS. 1. Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual para legislar sobre organização administrativa no âmbito do Estado. 2. Lei de iniciativa parlamentar que afronta o art. 61, § 1º, inc. II, alínea e, da Constituição da República, ao alterar a atribuição da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Princípio da simetria federativa de competências. 3. Iniciativa louvável do legislador alagoano que não retira o vício formal de iniciativa legislativa. Precedentes. 4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 2329, rel. min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJ 25.06.2010)**

Esses os motivos que me levaram a votar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## **Projeto de Lei nº 559/11** (Autoria do Deputado Fernando Scanavacca)



Dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os municípios do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

**Art. 1º** Para firmar convênio com o Poder Executivo no Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, os municípios devem apresentar a essa Secretaria parecer técnico sobre o objeto do convênio assinado por técnico agrícola, médico veterinário ou engenheiro agrônomo.

**Art. 2º** Os profissionais mencionados no artigo anterior poderão compor o quadro de pessoal da respectiva prefeitura ou serem contratados especificamente para a elaboração do parecer.

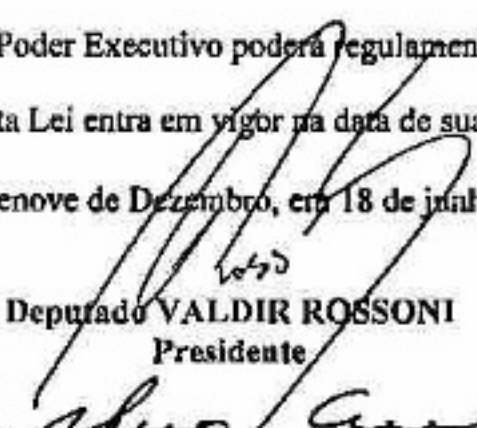
**Parágrafo único.** As prefeituras poderão requerer à Administração Estadual a elaboração dos pareceres técnicos por profissionais integrantes do quadro de pessoal de qualquer órgão do Estado.

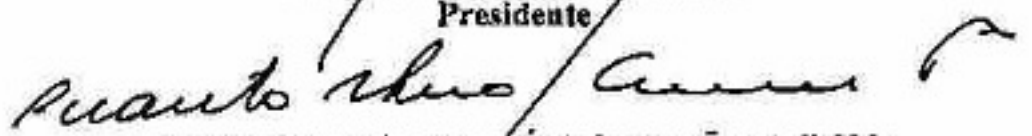
**Art. 3º** Os municípios terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequar às disposições desta Lei.

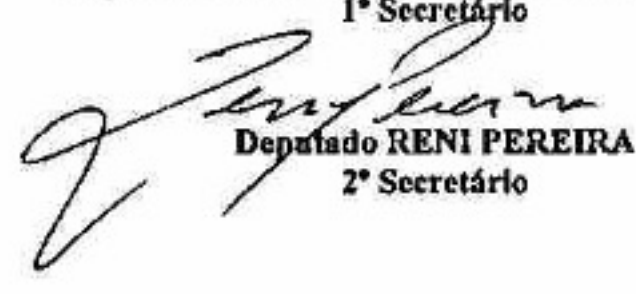
**Art. 4º** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 18 de junho de 2012.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado RENI PEREIRA  
2º Secretário



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 031/12**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 031/12**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei nº 559/2011, de autoria do Deputado FERNANDO SCANAVACA, que dispõe sobre convênios firmados entre o poder executivo e os municípios do Estado do Paraná.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 559/11, de autoria do Deputado FERNANDO SCANAVACA, que dispõe sobre convênios firmados entre o poder executivo e os municípios do Estado do Paraná, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo Inconstitucional.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71.** Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

**§ 1º** Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 559/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 22 de junho de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 031/12, foi exarada em data de 11 de julho de 2012, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.



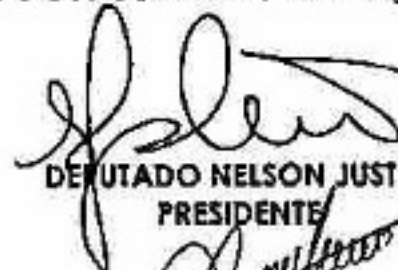
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça

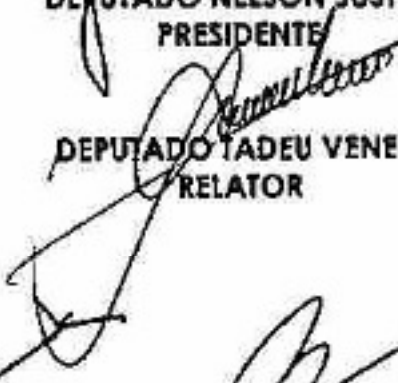



CONCLUSÃO


Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

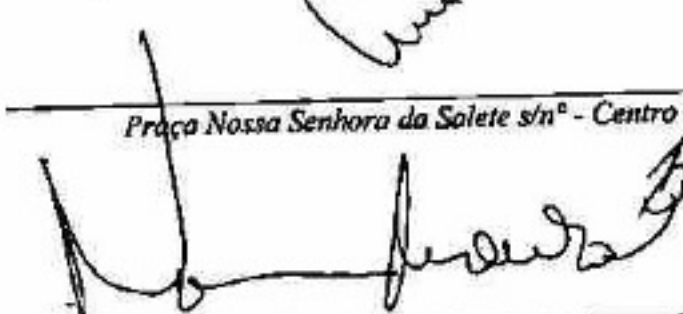
Sala das Comissões, 14 de agosto de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

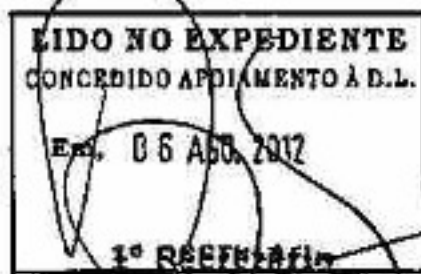
  
DEPUTADO TADEU VENERI  
RELATOR

  
**APROVADO**

  
**Unanimidade 14/08**

  
Praça Nossa Senhora da Solete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Veto nº 32



OF/CTL/CC nº 1537/2012

Curitiba, 17 de julho de 2012

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura do expediente  
II - À DL para providências.

Em 17/07/2012

Presidente



Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 150/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 666/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 666/2011, de autoria parlamentar, cria a exigência para que os laboratórios e clínicas de análise sanguínea sugiram a todos os pacientes e usuários a possibilidade de doação de sangue como amostra para efeitos de manutenção do banco de dados de eventuais doadores de medula óssea.

No seu art. 1º, o Projeto de Lei sob análise cria obrigações para "Todos os laboratórios e clínicas de análise sanguínea instalados no território do Paraná (...)". A partir da leitura dessa assertiva, uma premissa óbvia pode ser extraída: a prestação legal é imposta a laboratórios e clínicas públicas e particulares, desde que estejam instaladas em território paranaense. Passa-se, agora, à análise das consequências dessa premissa.

Para garantir a clareza desta manifestação, divide-se a análise em relação à aplicação da citada regra a instituições públicas e privadas.

Em primeiro lugar, no que toca à sua aplicabilidade a instituições públicas, um vício formal, de iniciativa, macula a norma. A Assembleia Legislativa, ou qualquer de seus membros, não têm competência para a iniciativa de lei que crie obrigações para Secretaria de Estado e órgãos (hospitais) públicos - iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos do disposto no inciso IV do art. 66 da Constituição Estadual¹.

¹ Art. 66, Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:  
(...) IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.





Assim, ao criar obrigações para laboratórios e clínicas públicas, o Projeto de Lei n. 666/2011, de iniciativa do Parlamentar Evandro Junior, viola competência privativa do Governador do Estado, ofendendo a Constituição Estadual e, por isso, merece o veto jurídico.

Em segundo lugar, no que toca à aplicabilidade da norma a instituições privadas, o mesmo art. 1º padece de vício insanável. De fato, compete à União, estados e Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção e defesa da saúde (art. 24, XII). No entanto, isso não significa que todos esses entes devem legislar sobre a matéria com a mesma abrangência, cabendo à União estabelecer regras gerais e aos Estados legislar suplementarmente, restando aos municípios apenas a atividade legislativa complementar.

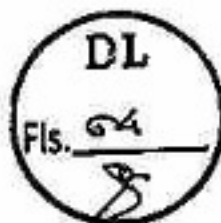
Nesse sentido, o estabelecimento de diretrizes sobre a formação do banco de dados de eventuais doadores de medula óssea é da União, sendo indevida a ingerência estadual na matéria. A participação dos Estados Membros no Sistema Nacional de Transplantes (SNT) é estabelecida no art. 5º do Decreto Federal n. 2268/1997, com competências previstas no art. 7º, e não abrange a matéria tratada nessa lei. Desse modo, em havendo normas gerais definidas pela União, inválido é o regramento estadual sobre a mesma matéria.

Ademais, ao estabelecer obrigações para laboratórios e clínicas particulares, o Projeto intervém de forma indireta na ordem econômica, criando obrigações para a iniciativa privada como se ela exercesse serviço público. A esse respeito, confira-se a doutrina de Alexandre Santos Aragão<sup>2</sup>:

Uma questão que se coloca é se essas atividades podem ser colocadas sob a mesma categoria jurídica, independentemente de serem prestadas pelo Estado ou por particulares por direito próprio.

A Constituição indica em sentido negativo ao tratar, por exemplo, dos serviços de saúde prestados pelo Estado como "serviços públicos de saúde" (art. 198), mas se valendo da nomenclatura distinta de "serviços de relevância pública" quando deseja abranger também os casos em que sejam prestados pela iniciativa privada (art. 197, CF). Em outras palavras, a Constituição as considera serviços públicos quando prestadas pelo Estado, e serviços de relevância pública quando exploradas por particulares, mantidos, nesse caso, o regime privado e as regras da livre-iniciativa, sem prejuízo, naturalmente, em alguns casos (principalmente da saúde e educação), da forte regulação sobre elas incidente, inclusive mediante a sujeição a autorizações administrativas prévias e operativas, constituindo-as como atividades econômicas privadas de interesse público.

<sup>2</sup> ARAGÃO, Alexandre Santos. *Curso de Direito Administrativo*. Editora Forense, 1ª Edição, 2012, p. 382.



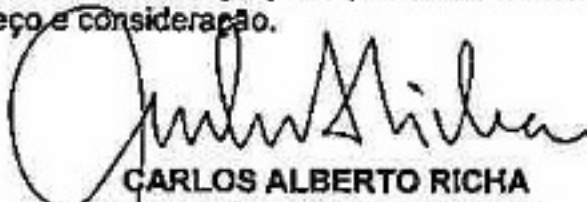
Desse modo, inadequado é o estabelecimento de obrigação desse gênero a clínicas e laboratórios particulares, especialmente através de lei estadual.

Os mesmos vícios apontados acima ao art. 1º inquinam também o art. 2º do Projeto de Lei em tela, eis que ele também fixa obrigações aos laboratórios e clínicas de análise sanguínea. Por essa razão, o veto deve ser a ele extensivo.

Dada a retirada dos dois primeiros dispositivos do Projeto, os dois restantes não subsistem, eis que são meramente acessórios. Nesse caso, o veto deve ser total.

Esses os motivos que me levaram a vetar integralmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ  
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot.nº 11.219.445-2



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## **Projeto de Lei nº 666/11** **(Autoria do Deputado Evandro Junior)**

Cria a exigência para que os laboratórios e clínicas de análise sanguínea sugiram a todos os pacientes e usuários a possibilidade de doação de sangue como amostra para efeitos de manutenção do banco de dados de eventuais doadores de medula óssea.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

**Art. 1º** Todos os laboratórios e clínicas de análise sanguínea instalados no território do Paraná ficam obrigados a propor aos eventuais doadores e/ou usuários de serviços de análise sanguínea a possibilidade de doação de 5ml (cinco mililitros) a 10ml (dez mililitros) de sangue como amostra para efeitos de manutenção do banco de dados de eventuais doadores de medula óssea.

**§ 1º** O laboratório deverá manter a resposta da proposta junto com o cadastro do doador.

**§ 2º** A amostra de sangue obtida por meio de concordância do usuário deverá ser enviada para a entidade habilitada da sua região, conforme anexo I.

**Art. 2º** Os laboratórios e clínicas de análise sanguínea ficam obrigados a afixar cartazes em locais visíveis de seus estabelecimentos, bem como devem fazer constar nos impressos de resultados de todos os exames realizados informações sobre esta Lei.

**Parágrafo único.** Nas informações prestadas nos termos deste artigo deverão constar:

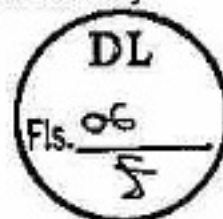
I – a simplicidade do procedimento de doação de amostra de sangue;

II – frases ou mensagens de incentivo a realizar a doação de amostra de sangue;



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Pa.2.

Projeto de Lei nº 666/11

III -- importância da doação de medula óssea.

**Art. 3º** O laboratório ou clínica que não cumprir as condições estabelecidas nesta Lei estarão sujeitos à multa de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) por infração.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 25 de junho de 2012.

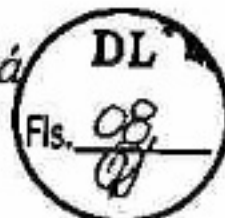
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

Deputado BENI PEREIRA  
2º Secretário



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 032/12**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 032/12**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei nº 666/2011, de autoria do Deputado EVANDRO JUNIOR, que cria exigência para que os laboratórios e clínicas de análise sanguínea sugiram a todos os pacientes e usuários a possibilidade de doação de sangue como amostra, para efeitos de manutenção do banco de dados de eventuais doadores de medula óssea.

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. **PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 666/11, de autoria do Deputado Evandro Junior, que cria exigência para que os laboratórios e clínicas de análise sanguínea sugiram a todos os pacientes e usuários a possibilidade de doação de sangue como amostra, para efeitos de manutenção do banco de dados de eventuais doadores de medula óssea, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considera-lo inconstitucional.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 668/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 27 de junho de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 032/12, foi exarada em data de 17 de julho de 2012, sendo desta maneira tempestivo.

Ressalta-se que se os prazos não fossem suspensos durante o recesso parlamentar (art. 213 §3º) do Regimento Interno, o prazo correto para a comunicação dos motivos do veto ao Presidente da ALEP, seria no dia 20 de julho/12, ou seja, 48h após vencidos os 15 dias para o veto (Art. 71 §1º) da Constituição Estadual.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

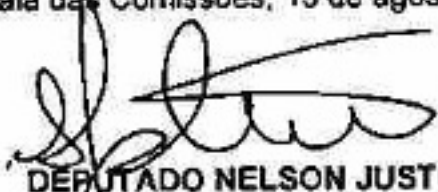


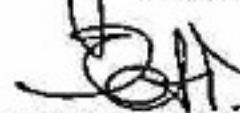
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o voto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.






**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

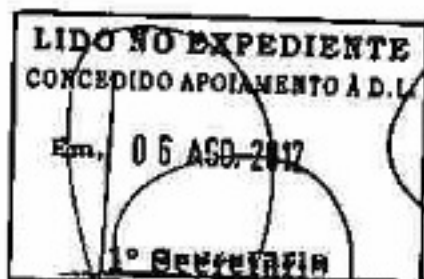
Sala das Comissões, 13 de agosto de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK  
RELATOR

  
  
  
  
  
**APROVADO**

*unanimite 14.08*



Veto nº 33



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

OF/CTL/CG nº 1521/2012

Curitiba, 16 de julho de 2012

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências

Em, 26/07/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 149/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 629/2011, por considerar a parte vetada inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 629/2011, de autoria parlamentar, dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de armários de guarda-volumes nos estabelecimentos bancários, nas áreas que antecedem as portas que possuem dispositivo de travamento eletrônico, no âmbito do Estado do Paraná, tendo o veto parcial incidido sobre as disposições do Parágrafo único do art. 5º e as do art. 6º.

Em que pese o papel promocional do Estado em relação aos consumidores, é certo que as regras formais atributivas de competências não podem ser meramente afastadas, mesmo porque a liberdade individual também é garantida, ainda que indiretamente, pelas normas que estruturam o Estado e o exercício do Poder Público, moderando-os. No mesmo sentido é a oportuna lição de Luís Roberto Barroso:

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. nº 11.188.948-6



O respeito às normas constitucionais que distribuem competências entre os entes federativos tem um valor intrínseco, assim como o cumprimento daquelas que versam sobre a separação de Poderes, dentre outras tantas que se ocupam, em última análise, de estruturar o Estado e o exercício do Poder Público. Trata-se de respeitar as instituições e as estruturas que se destinam a controlar o exercício do poder e, por esse meio, ainda que de forma indireta, a proteger os direitos das pessoas. A observância de tais regras não pode ser simplesmente substituída por um julzo casuístico, ad hoc, fundado no conteúdo de cada manifestação dos diferentes órgãos estatais<sup>1</sup>.

No caso do Projeto em referência, o parágrafo único de seu art. 5º estabelece uma série de penalidades voltadas aos estabelecimentos bancários que descumpram o disposto nos artigos anteriores.

No entanto, a aplicação dessas penalidades requer o concurso do Procon/PR, que é o órgão responsável, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, por fiscalizar o cumprimento da legislação consumerista, aplicando as penalidades acaso incidentes.

Disso decorre a evidente impropriedade do art. 5º, na medida em que a Constituição Estadual, no inciso IV do art. 66, atribui ao Chefe do Executivo a competência privativa para dar início a projetos de lei que disponham sobre atribuições de Secretarias e órgãos da Administração Estadual.

Há inúmeros precedentes do STF no mesmo sentido. A título meramente exemplificativo, destaco o seguinte julgado (grifos acrescentados):

**\*Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM EM FACE DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI MUNICIPAL 3.524/2003. LEI QUE DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÃO**

<sup>1</sup> BARROSO, Luís Roberto. Serviço de Transporte Ferroviário e Federação: Instituição de Padrões Ambientais e de Segurança. *Revista de Direito do Estado*, ano 2, n. 8, 2007, p. 291.  
Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

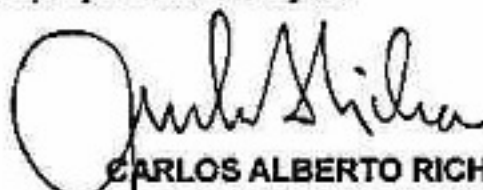


DE ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. VÍCIO FORMAL. INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO. AGRAVO IMPROVIDO. I - O acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte, no sentido de que é inconstitucional a lei proveniente de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições de órgãos da Administração Pública. Precedentes. II - Agravo regimental improvido."(RE 578017 AgR, rel. min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJ 25-04-2012)

Dada a retirada do art. 5º, o veto prejudica também o art. 6º, já que este visa ao cumprimento daquele. Aliás, o art. 6º seria inócuo de qualquer forma, na medida em que dispõe indevidamente sobre questões da alçada exclusiva da Chefia do Executivo, a quem cabe a direção superior da Administração Superior, nos termos do art. 87, III, da Constituição Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO





Lei nº. 17.229



Data 16 de julho de 2012

Súmula

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de armários de guarda-volumes nos estabelecimentos bancários, nas áreas que antecedem as portas que possuem dispositivo de travamento eletrônico, no âmbito do Estado do Paraná.

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam obrigadas as agências bancárias do Estado do Paraná, que possuem portas com dispositivo de travamento eletrônico, a manter na área que as antecede, armários de guarda-volumes.

**Art. 2º** Os armários de guarda-volumes mencionados no artigo anterior serão destinados aos usuários dos estabelecimentos bancários que portarem objetos cuja entrada não é permitida pelos detectores de metais instalados nas portas giratórias e objetos diversos que dificultem a passagem.

**Art. 3º** O uso do guarda-volumes deverá ser utilizado conforme disponibilidade, não podendo ser reservado.

**Art. 4º** Para que sejam satisfeitas as necessidades dos usuários, as agências bancárias deverão disponibilizar no mínimo 10 (dez) unidades de guarda-volumes.

**Art. 5º** É concedido o prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta Lei, para que os estabelecimentos dispostos no art. 1º realizem todas as adaptações necessárias e exigidas pela presente Lei.

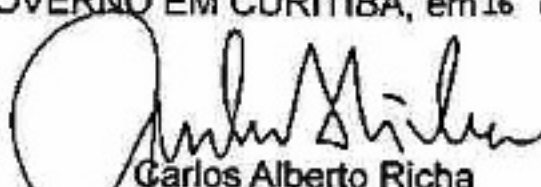


**Parágrafo único. ...Vetado...**

**Art. 6º ...Vetado...**

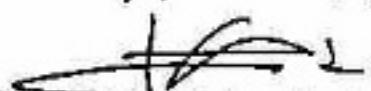
**Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 16 de julho de 2012.**



**Carlos Alberto Richa**  
Governador do Estado

**Maria Tereza Uille Gomes**  
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos



**Luiz Eduardo Sebastiani**  
Chefe da Casa Civil

**Maria Tureck**  
Deputada Estadual





**Projeto de Lei nº 629/11**  
**(Autoria do Deputado Marta Tureck)**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de armários de guarda-volumes nos estabelecimentos bancários, nas áreas que antecedem as portas que possuem dispositivo de travamento eletrônico, no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam obrigadas as agências bancárias do Estado do Paraná, que possuem portas com dispositivo de travamento eletrônico, a manter na área que as antecedem, armários de guarda-volumes.

**Art. 2º** Os armários de guarda-volumes mencionados no artigo anterior serão destinados aos usuários dos estabelecimentos bancários que portarem objetos cuja entrada não é permitida pelos detectores de metais instalados nas portas giratórias e objetos diversos que dificultem a passagem.

**Art. 3º** O uso do guarda-volumes deverá ser utilizado conforme disponibilidade, não podendo ser reservado.

**Art. 4º** Para que sejam satisfeitas as necessidades dos usuários, as agências bancárias deverão disponibilizar no mínimo 10 (dez) unidades de guarda-volumes.

**Art. 5º** É concedido o prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta Lei, para que os estabelecimentos dispostos no art. 1º realizem todas as adaptações necessárias e exigidas pela presente Lei.

**Parágrafo único.** Transcorrido o prazo previsto no *caput*, ficarão os estabelecimentos que descumprirem esta Lei sujeitos às seguintes penalidades:

I – advertência, na primeira autuação;

II – multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), se não sanada a irregularidade no prazo de trinta dias após a advertência;

III – multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), se não sanada a irregularidade no prazo de trinta dias após a aplicação da multa prevista no inciso II;



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DI  
Fls. 38  
X

Projeto de Lei nº 629/11

fls.2.

IV – multa de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por mês, até que seja sanada a irregularidade, caso as adaptações não tenham sido providenciadas no prazo de trinta dias após a aplicação da multa no inciso III.

Art. 6º O chefe do Poder Executivo estadual designará o órgão responsável para a fiscalização, autuação e aplicação de multa aos estabelecimentos que não obedecerem ao disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

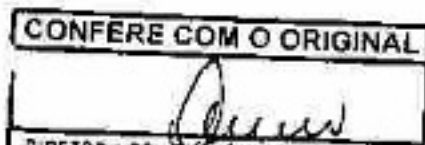
Palácio Dezenove de Dezembro, em 25 de junho de 2012.

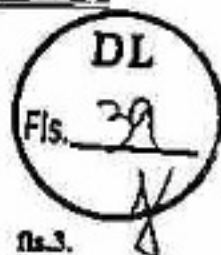
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

Deputado RENI PEREIRA  
2º Secretário

RECIBO/TS/CS/DM





Projeto de Lei nº 629/11

### JUSTIFICATIVA

A utilização, pelos estabelecimentos bancários, de detector de metais em suas portas de entrada vem gerando inúmeros problemas, principalmente aos clientes que se sentem, por vezes, constrangidos diante da insistência dos vigilantes para retirar de seus bolsos e bagagens qualquer tipo de objeto metálico.

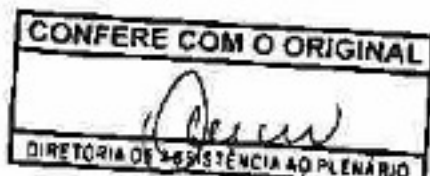
Ocorre que essas portas são eficientes para os bancos enquanto instrumento de segurança, todavia, mostram-se inoportunas, gerando inúmeros incômodos aos usuários que no travamento destas precisam, sob os olhos de todos em volta, esvaziar bolsos, bolsas, mochilas e outros pertences para adentrar nesses estabelecimentos.

Isso é uma verdadeira afronta à dignidade da pessoa humana, vez que pode, desnecessariamente, obrigar o indivíduo a despendar de objetos pessoais para conseguir entrar nos bancos, submetendo-o a um inconveniente que pode envergonhá-lo de alguma forma.

O intuito deste Projeto é resguardar o princípio da dignidade, evitando desgastes desnecessários e garantindo uma comodidade sem abrir mão da segurança. Outrossim, seria mais prático e adequado, tanto para o cliente quanto para o estabelecimento bancário, que o usuário deixasse seus pertences num guarda-volumes antes de entrar na instituição.

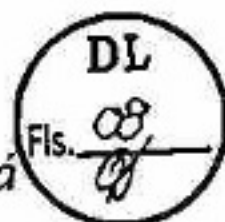
Nesse sentido já legislou a Câmara Municipal de Campo Mourão, promulgando Lei Municipal, de autoria do Vereador Ademir Pezão, que determina aos estabelecimentos bancários instalados no Município de Campo Mourão, que possuam porta com detector de metais, a manterem armários guarda-volumes à disposição de seus clientes e usuários.

Dessa forma, em razão da exposição e pela relevância da matéria, conclama-se aos ilustres Pares a apoiarem a presente propositura.





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 033/12**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 033/12**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 629/2011, de autoria da Deputada MARLA TURECK, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de armários de "guarda-volumes", nos estabelecimentos bancários, nas áreas em que antecedem as portas que possuem dispositivos de travamento eletrônico, no âmbito do Estado do Paraná.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 629/11, de autoria da Deputada MARLA TURECK, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de armários de "guarda-volumes", nos estabelecimentos bancários, nas áreas em que antecedem as portas que possuem dispositivos de travamento eletrônico, no âmbito do Estado do Paraná, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considera-lo Inconstitucional.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 629/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 27 de Junho de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 033/12, foi exarada em data de 16 de Julho de 2012, sendo desta maneira tempestivo.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
10  
Fls. 08

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR  
RELATOR

APROVADO

Unanime 14.08

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Veto nº 34

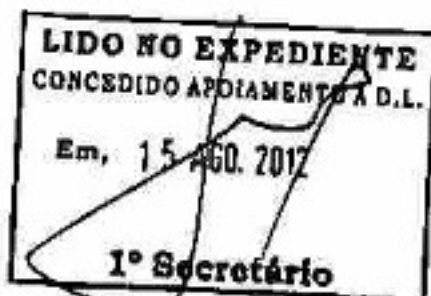
OF/CTUCC nº 1553 /2012

Curitiba, 31 de julho de 2012



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente  
II - A DL para providências.

Em, \_\_\_\_\_

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 171/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, Inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 660/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 660/2012, de autoria parlamentar, obriga a fixação de mapas rodoviários do Estado do Paraná em postos de combustíveis nas estradas paranaenses, visando facilitar a locomoção dos turistas, profissionais diversos e populares.

Na justificativa, aduziu-se o seguinte:

"O presente Projeto de Lei tem por objetivo orientar os motoristas que passam pelo Paraná, em especial os turistas, auxiliando e facilitando a locomoção nas estradas situadas no Estado.

Muitas vezes os turistas alteram o trajeto da viagem buscando informações sobre a malha viária, bem como tem sua segurança ameaçada ao perguntar dados a desconhecidos.

Por outro lado, os postos de combustíveis deixaram de ser apenas locais de abastecimento de veículos, transformando-se em verdadeiros centros de conveniência, sendo referência para várias necessidades, tais como alimentação e uso das caixas eletrônicas de bancos.

Considerando a facilidade de acesso e o alto fluxo de pessoas que passam pelos postos de combustíveis, acredita-se que são os locais ideais para a instalação de mapas rodoviários. Cabe salientar ainda, que a aprovação da Lei complementará e em alguns casos até mesmo suprirá a sinalização nas ruas e estradas.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/ProLnº 11.219.442-8



Tal medida exige um pequeno investimento por parte dos estabelecimentos, mas deve aumentar o fluxo de pessoas que passam por eles a procura de informações e que acabam consumindo produtos de seu interior. Além disso, os postos poderão incluir anúncios de publicidade próximos ao mapa, incentivando o interesse de empresas que exploram tais anúncios.

Diante do exposto, ante a importância do presente Projeto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para a sua aprovação".

Sucede que o referido projeto de lei não ostenta constitucionalidade do ponto de vista material.

Em matéria de intervenção do Estado na propriedade privada, sabe-se que são estas as modalidades interventivas: (a) desapropriação; (b) requisição; (c) tombamento; (d) ocupação temporária; (e) servidão administrativa; e (f) limitação administrativa.

Sob todas as luzes, o caso em prolação não trata de "a", "b", "c" e nem "d". A situação tem que se enquadrar em limitação ou servidão administrativa.

Consoante lições doutrinárias, a limitação administrativa consiste na modalidade interventiva pela qual o Estado impõe aos particulares uma obrigação (em regra) de não fazer, de forma genérica, atingindo inúmeros particulares indistintamente. Por essa razão, não gera, a princípio, indenização ao particular.

Já a servidão administrativa consiste na modalidade interventiva pela qual o Estado grava bens particulares determinados, impingindo-lhes uma obrigação de suportar. De modo geral, a servidão enseja indenização ao particular pelo sacrifício imposto ao direito de propriedade.

Observamos que em ambas as hipóteses de intervenção não há geração de despesas para os particulares. Ou seja, a limitação e a servidão administrativas não ocasionam para os particulares atingidos qualquer espécie de obrigação pecuniária. Ao contrário, se a intervenção gerar prejuízo ao particular, este deve ser indenizado.

Todavia, no caso do projeto, a disposição legal prevê que as despesas concernentes à fixação dos mapas rodoviários correrão à conta dos próprios postos de combustíveis.

Conquanto plausível a intervenção estatal na propriedade, esse método – de imputação dos custos aos postos – não encontra correspondência em nenhuma das modalidades interventivas estatais.

Na verdade, a intervenção do Estado na propriedade privada se faz com o objetivo de alcançar alguma utilidade pública (princípio da supremacia do interesse público). Essa utilidade pública é obrigação do ente estatal, razão pela qual cabe ao Estado o dever de indenizar aquele que teve o direito de propriedade restringido. De fato, é obrigação estatal a promoção da informação a fim de facilitar a vida dos populares, bem como dos turistas.



Em outros termos, não é do particular a obrigação de fazer frente aos custos decorrentes da servidão ou limitação administrativas, cabendo tão somente o dever de observar ou suportar os limites ou os gravames impostos pelo Estado.

O Projeto de Lei 660/11, ao atribuir aos próprios postos de combustíveis a obrigação de arcar com as despesas referentes à fixação dos mapas, transferiu a sua responsabilidade aos particulares, o que desvirtua os institutos interventivos conhecidos.

Destarte, entende-se que a proposta legislativa padece de inconstitucional material por violação do direito de propriedade, previsto no art. 5º, caput e inciso XXII, da Constituição Federal.

O dever de indenizar os particulares prejudicados com a intervenção estatal existe em razão do direito constitucional à propriedade privada. Não só o sacrifício do direito (desapropriação), mas também a sua restrição (servidão, por exemplo) dá margem à indenização. Aliás, mesmo nos casos de desapropriação-sanção (art. 182, § 4º, III e art. 184, da Constituição Federal) há alguma espécie de reparação ao particular atingido.

Demais disso, não é razoável imputar aos postos a obrigação de fixar mapas rodoviários, com o fito de orientar os turistas, uma vez que a atividade-fim desses estabelecimentos comerciais é simplesmente o fornecimento de combustível.

Se não se entende que tal obrigação é do Estado, julgue-se, ao menos, que cabem aos próprios turistas ou populares a atenção de levar consigo mapas rodoviários para sua orientação. O posto de combustível – pensa-se – não carrega o dever de orientação turística, ainda que inúmeros turistas busquem tais estabelecimentos para obter informações.

Não se discorda da justificativa apresentada pelo ilustre parlamentar, no sentido de que, atualmente, os postos de combustíveis se transformaram em verdadeiros centros de conveniência, constituindo, até, pontos de referência para os viajantes. Contudo, não se concorda – e para tanto se pede vênia – quanto à consequência advinda deste fato, ou seja, de atribuir ao posto a obrigação de fixar tais mapas pra orientar os particulares.

O fato de ser pequeno o investimento para fixação dos mapas, e que disto possa resultar eventualmente algum benefício para os proprietários, é irrelevante para o desate da questão, pois ainda assim é do Estado o dever de prestar informações aos particulares.

Assim, mais uma vez o Projeto de Lei 660/11 incorreu em inconstitucionalidade material ao violar o princípio da razoabilidade, que não tem previsão expressa na Constituição Federal (embora seja aceito pacificamente pela doutrina e jurisprudência), e o princípio da livre iniciativa, inserto no art. 170 da Lei Fundamental.

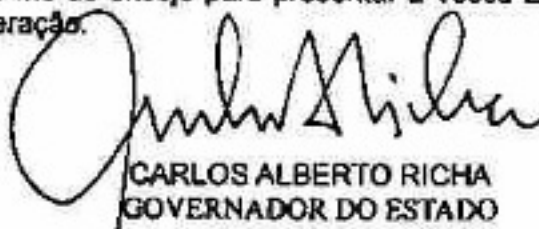




Em arremate, em que pese a boa iniciativa parlamentar, preocupada com a população paranaense, entende-se que o referido projeto de lei encontra-se eivado de Inconstitucionalidade material por violação do direito de propriedade e dos princípios da razoabilidade e da livre iniciativa.

Esse os motivos que me levaram a votar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA  
GOVERNADOR DO ESTADO





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## **Projeto de Lei nº 660/11**

**(Autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto)**

Obriga a fixação de mapas de localização do Estado do Paraná em postos de combustíveis nas estradas paranaenses.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

**Art. 1º** Os postos de combustíveis localizados nas estradas Federais ou Estaduais situadas no Estado do Paraná deverão fixar nas suas dependências, em local visível ao público, mapa rodoviário do Estado, a fim de facilitar a locomoção dos usuários das estradas, profissionais e populares.

§ 1º Os mapas rodoviários deverão ser fixados em locais de fácil acesso e boa iluminação, em escala não inferior a 1:100.

§ 2º Sempre que possível, os mapas deverão destacar as áreas turísticas do Estado, com informações sobre as atrações, distâncias em quilômetros (Km) das principais capitais, bem como os números telefônicos da Prefeitura Municipal ou órgão oficial de turismo dos locais em destaque, para obtenção de maiores detalhes tais como hotéis, pousadas e restaurantes.

**Art. 2º** As despesas relacionadas à disponibilização dos mapas rodoviários correrão por conta dos próprios estabelecimentos.

**Parágrafo único.** As empresas poderão explorar publicidade no local reservado ao mapa rodoviário, desde que a área ocupada por ela não dificulte a observação da informação principal.

**Art. 3º** A desobediência ou inobservância a qualquer dispositivo desta Lei sujeitará o infrator ao pagamento de multa equivalente a 08 (oito) UPFs/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná).

**Parágrafo único.** Persistindo a irregularidade a multa será aplicada em dobro.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

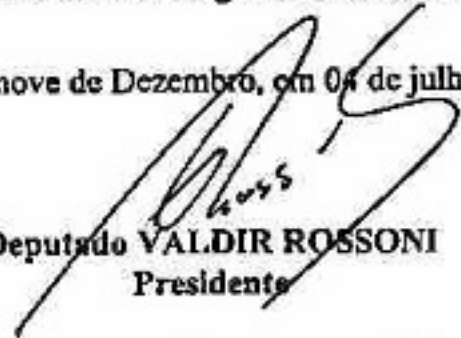


Projeto de Lei nº 660/11

Art. 4º Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei para seu fiel cumprimento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 04 de julho de 2012.

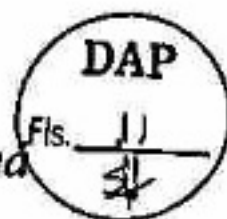
  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado RENI PEREIRA  
2º Secretário



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 034/12**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 034/12**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei nº 660/2011, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI NETO, que obriga a fixação de mapas de localização do estado do Paraná, em postos de combustíveis nas estradas paranaenses.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 660/11, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI NETO, que obriga a fixação de mapas de localização do estado do Paraná, em postos de combustíveis nas estradas paranaenses, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo Inconstitucional.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71.** Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

**§ 1º** Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 660/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 12 de julho de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 034/12, foi exarada em data de 31 de julho de 2012, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**


DAP

13  
4




**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2012

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR  
RELATOR

  
  
  
**APROVADO**

21.08.12